

Contribuição para consolidação e adensamento da democracia brasileira

Departamento de Direito do Estado pode exercer influência extremamente positiva no processo de consolidação e adensamento da democracia brasileira, oferecendo propostas e prestando apoio a iniciativas de aperfeiçoamento institucional. Os docentes são frequentemente chamados para colaborar com iniciativas legislativas, participar de audiências públicas, por exemplo. Muitos fazem ou fizeram parte das mais importantes instituições jurídicas e científicas do país, como o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-SP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a Corregedoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), dentre outras. Além das instituições estatais, participam ativamente de instituições privadas de alta relevância nacional, por meio das quais também intervêm ativamente no debate jurídico nacional.

O DES vem ampliando seus horizontes para as inovações tecnológicas e suas interações com a proteção de direitos fundamentais, com a representação política e com a gestão estatal, por meio do que se convencionou chamar de governo eletrônico. Caminha-se, nesse âmbito, para a necessária consolidação de estudos do impacto da internet e da tecnologia da informação na proteção de direitos como a privacidade e a liberdade de expressão, na representação política e na transparência da atividade estatal e na proteção de dados pessoais. Já há inúmeros mestrandos e doutorandos cujas pesquisas se inserem intersecção do direito com a tecnologia, bem como o oferecimento de atividades de extensão.